

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

ORGANIZAR CIDADES, TERRITORIALIZAR ESPAÇOS: NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE  
COOPERATIVAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA CIDADE DE MARINGÁ – PR

**Letícia dos Santos** (UEM) - lethiciamotta@hotmail.com

*Pós-Graduando*

**Priscilla Borgonhoni Chagas** (UEM) - priscillabchagas@gmail.com

**Josiane Silva de Oliveira** (UEM) - josiane.uem@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Este estudo etnográfico, que está em processo de desenvolvimento, tem como campo de pesquisa o processo organizativo das cidades em torno da gestão do “lixo”. O “lixo”, também denominado de resíduos sólidos de nossos sistemas de produção e consumo de mercadorias, tem se tornado um problema de gestão nas cidades por se constituir, por exemplo, como um objeto de trabalho, uma forma material de ocupação dos espaços urbanos ou mesmo como mercadoria no atual sistema econômico mundial. Porém, para além desses exemplos, nesse trabalho, considero o “lixo” como um objeto de estudo que possibilita pensarmos como os cotidianos das cidades são organizados.

Para tanto, tenho desenvolvido um estudo de natureza etnográfica na cidade de Maringá, Paraná, desde o mês de janeiro de 2018, em uma rede de cooperativas de catadores materiais recicláveis. Essa rede é composta por sete cooperativas, cuja centralidade de ações é desenvolvida na Associação de Reciclagem Popular e Solidária – ARPSOL. A observação participante foi realizada na cooperativa de material reciclável Coopermaringá, e junto a ARPSOL, na cooperativa Coopercicla e no fórum Lixo e Cidadania, onde participam representantes de todas as cooperativas da cidade, levando seus problemas e suas realizações.

Considerando a amplitude de ocupação do espaço urbano pelas organizações que compõem o campo desse estudo, assim como o processo de mobilidade socioespacial dos resíduos sólidos pelo espaço urbano, o primeiro conceito teórico a ser discutido para o desenvolvimento da temática dessa pesquisa, é o conceito de cidade. As discussões sobre cidades nos Estudos Organizacionais têm apresentado como foco de análise de gestão à distribuição dos recursos inseridos no território urbano. Isto porque, segundo Canclini (2002), as cidades são consideradas um cenário de gestão. Lefebvre (2008b) considera a cidade como uma obra, no sentido de obra de arte e o espaço não é apenas organizado e instituído, mas também modelado e apropriado por grupos, segundo suas exigências, ética e estética.

Contudo, verifica-se que o objeto cidade, quando estudado no campo dos estudos organizacionais tem o conceito de organização social no que diz respeito a um conjunto de organizações e indivíduos não organizados que se posicionam em determinado tempo e espaço, trazendo consigo complexidade e coletividade, e com isso, incorporando seus processos individuais e sua cultura, obtendo como resultado, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão da mesma (MAC-ALLISTER, 2004).

Esse tipo de estudo ocorre pelo envolvimento da sociedade no que diz respeito à produção do espaço e do território, sendo favorável à sociedade e suas relações, gerando

interesse nos Estudos Organizacionais. Dessa forma, Saquet (2015), compreende o território como um espaço de vivência da cidadania, considerando seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Complementando, Haesbaert (2011) diz que o território se constrói a partir do espaço, já a territorialidade procura gerar a representação do mesmo. O território envolve, desde o início de seus estudos, características materiais e simbólicas, trazendo o processo de (des)(re)territorialização, visto que o território é uma ação que se repete onde exerce um controle. Os processos de territorialização, desterritorialização e re-territorialização se estabelecem em um processo de relações sociais envolvendo perdas e reconstruções, por esse motivo, se diz que no território há ligação, mudança e movimento.

Como já mencionando, nas cidades, há um problema de cunho ambiental, advindo do crescimento da população nas localidades urbanas: o Lixo. Lima (2014), afirma que o lixo é algo produzido pelas pessoas e as acompanha há muito tempo. Dessa forma, é considerado algo inseparável da existência ou sobrevivência humana, sendo assim, onde existirem pessoas, existirá o lixo. Na Idade média, as pessoas passaram a acumular o lixo nas cidades, acarretando várias doenças, e como consequência, óbito de muitas delas. Fadini e Fadini (2001) apontam que houve o êxodo de quem morava no campo e no interior para os grandes centros, devido a Revolução Industrial, agravando impacto ambiental, incluindo a poluição gerada pela quantidade de lixo.

Na atualidade, há uma concentração maior de pessoas nas áreas urbanas. Por esse motivo, cada dia mais, resíduos vem sendo produzidos e se não houver uma manipulação adequada desses, pode-se trazer para as cidades problemas de cunho socioambiental, econômico ou de saúde pública. Buscar soluções para o destino final desses dejetos é um grande desafio, acima de tudo no que se refere à prevenção à poluição do solo, do ar e dos recursos hídricos (OLIVEIRA e GALVÃO JUNIOR, 2016).

Diante disto, Oliveira e Galvão Junior (2016) dispõem que a gestão de resíduos sólidos deve estar em acordo com os melhores princípios de saúde pública, engenharia, economia, e preservação ambiental, devendo ainda estar de acordo com aspectos relacionados às ciências sociais, visto que envolve atitudes da população como um todo. Sendo assim, nas soluções para esse problema, devem ser consideradas complexa interdisciplinaridade entre vários campos das ciências e áreas de conhecimento.

Para que se faça o descarte adequado dos resíduos Reis, Mattos e Silva (2016, p. 138) destacam que:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº. 12.305 (BRASIL, 2010), da Presidência da República, representa um marco legal da gestão e manejo dos resíduos sólidos. Ela fornece diretrizes para a gestão e o gerenciamento de resíduos,

ênfatizando a adoção de práticas hierárquicas durante esse processo, como: a não geração, a redução na fonte geradora, seguida pela reutilização, reciclagem e por último, o tratamento e a disposição final adequada dos resíduos.

Visto que a gestão e a disposição inadequada dos resíduos sólidos provocam impactos socioambientais, como: degradação do solo, poluição dos corpos hídricos, intensificação de enchentes, poluição atmosférica, proliferação de insetos vetores de doenças e catação em condições insalubres (REIS, MATTOS E SILVA 2016).

Para Godoy (2013), as prefeituras são os órgãos que possuem maior participação e responsabilidade na gestão dos resíduos sólidos urbanos. Ultimamente, a ação municipal nas vias social e ambiental foi motivada sendo descentralizadas nas atribuições e competências das esferas federal e estadual para a municipal, sendo justificada por estarem mais próximos da população. Assim, é de responsabilidade dos municípios a elaboração e implementação de seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, sendo que, somente desta forma, terão acesso aos recursos e incentivos financeiros que são destinados à limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos.

Passando para a realidade da cidade de Maringá, inicialmente, como em outros municípios, Maringá possuía um “lixão” onde eram depositados todos os resíduos gerados na cidade, instalado em 1957. O lixão começou a causar transtornos a quem morava próximo, devido ao odor fétido e à presença de insetos. Após 34 anos, o lixão a céu aberto passou a ser considerado inadequado, e em 1994 iniciaram os programas de coleta seletiva no município, porém, o recebimento dos rejeitos continuou irregular. Aos poucos o programa de coleta seletiva foi ampliado e em 2001 passou a atender também os bairros. Em 14 de dezembro de 2005, o Município de Maringá assinou um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com Instituto Ambiental do Paraná, e entre os termos, o município deveria apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (PGRSU), contemplando a reciclagem e a compostagem dos resíduos sólidos domiciliares, evitando a destinação destes materiais na Área do Lixão. A partir de 2010, o prefeito começou a fazer várias viagens, para os Estados Unidos, França e Portugal com o intuito de buscar informações sobre o que já fora implantado (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017).

Depois de inúmeras pesquisas e estudos de várias entidades, ocorreu procedimento de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Maringá, onde teve a participação formal da Procuradoria-Geral do Município, que também atuou com a finalidade específica de encerrar a ação civil pública que condenou o Município

de Maringá a elaborar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos. Por fim, em 27 de julho de 2017 houve a última votação e, assim, a aprovação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá.

Dessa forma, é de suma importância o trabalho das Cooperativas de reciclagem para o desenvolvimento da cidade e principalmente para que os catadores obtenham seu “espaço” na mesma.

Diante deste contexto, após ser feita a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá, os Cooperados das Cooperativas pertencentes ao Plano passaram por um processo de (des)(re)territorialização composto por inúmeros elementos em suas atividades. A partir dessa ideia, o objetivo deste estudo é descrever o processo de (des)(re)territorialização das Cooperativas de reciclagem a partir da implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá – PR.

Para o desenvolvimento desse objetivo de pesquisa, as análises interpretativas dos materiais empíricos etnográficos produzidos até o momento, estão estruturados nesse artigo em seis seções, contando com esta introdução. Na próxima seção foram abordados assuntos sobre cidade, espaço e território. Em seguida, apresentarei os procedimentos metodológicos para a realização dessa pesquisa. Depois será apresentado um pouco do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá – PR e serão analisados os dados obtidos até o momento na etnografia feita. E por fim, mostro as considerações feitas em virtude do que já foi analisado.

## CIDADES: UMA CONCEPÇÃO HISTÓRICA E SEUS ESTUDOS DENTRO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Em tempos contemporâneos, desde 1960, era comum fazer associação à história das cidades a uma ou mais funções urbanas. Quando se fala de cidade, tendo em vista uma perspectiva histórica, Carlos (2008) diz que o surgimento de uma cidade, acontece devido a necessidade de se organizar em determinado espaço. A autora ainda lembra que quando o homem deixou de ser nômade, ao se fixar em determinado local, desenvolveu a agricultura e posteriormente outras técnicas, sendo esse fenômeno um dos primeiros passos para o nascimento das cidades. Assim, o isolamento do ser humano foi sendo substituído pela sobrevivência em um grupo, se fixando em um local e exercendo influência sobre este.

Posterior ao processo evolutivo do nomadismo, a sociedade organizada, estabelecida nas práticas da vida agrícola e suas relações de poder, de acordo com Lefebvre (2008a)

apresentou a evolução do fenômeno urbano e seu surgimento, ao processo de revolução industrial. Dessa forma, o comércio se tornou uma função urbana, exigindo uma maneira concreta de estrutura para o espaço urbano, sendo a cidade comercial implantada dentro da cidade política até o modelo de cidade industrial. Antes mesmo de a cidade ser considerada espaço físico, a mesma é um espaço histórico e social onde relações humanas se materializam pela prática de relação entre sujeitos, bem como entre sujeito e objeto (CARLOS, 1994).

Por esse motivo, ao falar sobre cidade, acaba por se assumir um nível interdisciplinar, juntando estudiosos de inúmeros campos científicos, como historiadores, geógrafos, sociólogos, economistas, urbanistas e antropólogos. Dessa forma, a cidade torna-se um problema e um objeto de reflexão, desde as representações sociais que gera e que se objetiva em práticas sociais. Sendo assim, a cidade se apresenta como o fruto da ação do homem sobre a natureza, sendo o urbano, uma obra construída e reconstruída pelo pensamento e pela ação do homem (PESAVENTO, 2007).

Nesse sentido, Rolnik (1995) indica que havendo o surgimento das cidades, o homem transformou sua relação com a natureza, trazendo inúmeras e gigantescas mudanças em suas relações sociais. Esse acontecimento, fez com que nascesse no homem, um sentimento de conquista de seu próprio lugar, de seu próprio território, criando vínculos e laços em sua vida social.

Com base nas pesquisas sobre cidade, é possível verificar que inúmeros campos buscam esse objeto de estudo, independente da designação. A administração é um desses campos. Para justificar, então, a abordagem deste objeto nos estudos administrativos como campo de conhecimento, Mac-Allister (2004) alega que é o fato de ser este um objeto de atuação da administração como campo profissional, havendo administradores que atuam no que se designa como nomenclatura a “administração municipal”, administração urbana, ou até mesmo “gestão urbana”, entre outras.

Porém o mesmo autor observa ainda que este objeto tem sido estudado, somente do que diz respeito à administração pública, sendo ignorado nos estudos organizacionais (MAC-ALLISTER, 2004). Por isso, Fischer (1997) considera a cidade como uma organização em constante transformação, sendo esta, de grande complexidade, visto que as cidades, tanto quanto as organizações tem traços de complexidade, diversidade, singularidade, pluralidade e contradição um tanto quanto semelhantes.

Contudo, Coimbra e Saraiva (2013, p. 35) alertam que

se as organizações têm tanto aspectos estruturais formais quanto simbólicos, e se se admite que os aspectos simbólicos não são passíveis de gerenciamento em razão de seu caráter subjetivo, da mesma forma se pode visualizar a presença de tais aspectos

na organização-cidade e um potencial amplo para a gestão instrumentalizada e para a aproximação de fenômenos sócios simbólicos complexos.

Dessa forma, por mais aprimorados que sejam as práticas e as ferramentas que impulsionam essa subjetividade dos indivíduos, é necessário se lembrar que há uma dinâmica simbólica associada a essa perspectiva. Por isso, existe o pressuposto, na visão de Saraiva e Carrieri (2012), de que esse conceito, organização-cidade, admite uma visão organizacional das práticas urbanas, dando possibilidade de observar a vida social organizada.

Com isso, Pereira e Carrieri (2005) apontam que com o passar dos anos, a área dos Estudos Organizacionais tentou fazer uma relação entre o espaço e sua dimensão social, utilizando análise em organizações frente ao território, ao lugar, às redes organizacionais, à mundialização das relações socioeconômicas, às correlações entre dimensões locais e globais da produção e, da vida frente aos impactos destas ações. Em mesma perspectiva, Coimbra e Saraiva (2013) salienta que além do campo teórico das organizações-cidade, existe ainda outro tema pouco explorado tanto de forma teórica quanto empírica nos estudos organizacionais: a territorialidade.

## ESPAÇO, TERRITÓRIO E PROCESSO T-D-R

Existem inúmeros métodos e abordagens no que diz respeito ao espaço, e isso a diversos níveis de reflexão, de recorte da realidade objetiva (LEFEBVRE, 2008b). Dessa forma, pode-se estudar o espaço percebido, o saber, a concepção comum do indivíduo ou grupo, a família, a vizinhança, compreendendo assim, o que se chama de ambiente. Segundo Santos (2012, p. 63) “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solitário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. No início, havia uma natureza selvagem, formada por objetos naturais, que com o tempo foi sendo substituído por objetos fabricados e depois pela cibernética, trazendo uma natureza artificial que tende a funcionar como uma máquina.

Já Pimentel (2008) faz uma busca quanto a evolução na concepção do espaço, que não ocorreu da mesma maneira na geografia. Principalmente se tratando da geografia tradicional, criando os espaços a partir de elementos naturais, como relevo, clima, vegetação, entre outros. Somente a partir de 1950, esse conceito ultrapassou os elementos naturais com questionamentos sobre a importância do elemento humano nas configurações do espaço. Com isso, a geografia humana ficou conhecida, surgindo a partir do momento que se visualizou o

espaço além de estruturas físicas, como o espaço onde acontecem inúmeras intervenções humanas, sendo os indivíduos, indispensáveis para a configuração e transformação do espaço.

Para Lefebvre (1992) a concepção de espaço é produzida mediante relações sociais, não sendo resumida a espaço físico e condições naturais, mas na vida social, tornando assim um produto social. Fischer (2010) acrescenta que o espaço não é formado apenas de funções físicas, mas também de valores sociais, e é por esse motivo que os indivíduos lhe atribuem algum significado.

Sendo assim, a produção dos espaços, na visão de Paoli (2007) vai muito além de um plano arquitetônico ou de planejamentos, estes, brotam na produção real da heterogeneidade social e cultural de seus espaços. “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidades, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 2012, p. 63). Assim, espaço representado não é mais o espaço em si, mas a imagem de um espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É um espaço que se transformou em território de um ator (RAFFERTIN, 1993).

Um bairro, ou qualquer região enquanto espaço definido por identidades e emoções compartilhadas, são, por conseguinte, espaços vividos e percebidos. Porém, estas regiões, podem ser também territórios, por terem sido reconhecidos pelo Estado como unidades formais que são, por ele, administradas e planejadas, ou ainda, pelos movimentos sociais rebeldes que se opõem ao seu poder (SOUZA, 2009).

Na visão de Oliveira (2016), o espaço está em um contínuo processo de transformação, onde a construção do espaço coletivo se inicia na apropriação, transformação e utilização do território, produzindo assim, mudanças sociais que originam territórios e conduzem sua evolução. O espaço e o território são termos semelhantes, mas é primordial entender que o espaço é anterior ao território. Raffestin (1993, p. 143), afirma que “o território se forma a partir do espaço”, sendo, nesse sentido o território, um espaço onde foi projetado um trabalho, onde conseqüentemente se apresentam relações de poder.

Souza (2009) afirma que os autores clássicos costumam usar a palavra “território” como sinônimo de “espaço geográfico”, deixando de lado sua verdadeira definição referente ao exercício do poder. Essas falas trazem a palavra “território” como apenas um pedaço de superfície terrestre, sendo considerado os rios, matas, montanhas, vilas, cidades, etc. Outro problema trazido ao significado do termo território, foi a associação do mesmo à definição do Estado-nação, como “território pátrio” ou “território nacional”, privilegiando seu uso e se tornando difícil de desvincular à projeção espacial posteriormente. Dessa forma, por muito

tempo, o território foi associado ao aparelho sobre o qual o Estado exerce seu poder. Durante muito tempo a palavra território, que era “coisificada” pelo discurso dominante, passou a ser estudada de forma diferente por antropólogos e filósofos, como Michel e Foucault, Deleuze e Guarratti, chegando a uma virada teórico-conceitual.

Segundo Souza (1995), a palavra território vem de território nacional, sendo entendido em escala nacional e associado ao Estado. Porém, a palavra não deve ser reduzida a esta associação, pois os territórios são construídos e desconstruídos por inúmeras escalas, podendo ter caráter permanente ou existência periódica cíclica.

Deixar claro essa diferenciação é necessário e é ainda “fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro” (SAQUET, 2009, p. 83). Dessa forma, o espaço se torna necessário para que haja a apropriação e a produção do território. Nessa apropriação e produção do território, existem indivíduos e organizações sociais, sendo estas, públicas, privadas e não governamentais, onde existem ainda normas, regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais. Devemos lembrar, que há múltiplos arranjos sociais e territoriais. Esses arranjos vão desde o indivíduo, sua família e organizações de bairros ou de localidades rurais, até grandes organizações, sendo elas, políticas, culturais e/ou empresariais. Diante disto, podemos verificar diferenças culturais e políticas, bem como, desigualdades econômicas entre as famílias e unidades produtivas, sejam elas urbanas ou rurais. Verificamos também traços parecidos entre pessoas, famílias, associações ou empresas. Em virtude disto, Saquet (2009) considera que identificar as características de heterogeneidade e homogeneidade das pessoas é indispensável para uma nova concepção histórico-crítica do território e da territorialidade. Essa análise, torna-se primordial tanto para estudos acadêmicos e científicos como para o ensino e elaboração de projetos de desenvolvimento.

Nesse sentido, nos últimos anos no Brasil, bem como em outros países, iniciando nos anos 1960-70, estudos das áreas de geografia, sociologia, economia e antropologia, vem reforçando seus estudos a respeito do conceito de território e territorialidade (SAQUET, 2009). Esse processo de pesquisa teórico-metodológico ao qual se pretende ter reflexão nesse processo, é o território e a territorialidade humana, “estudos que reconheçam, simultaneamente, características fundamentais do processo de apropriação, dominação e produção do território assim como as relações de poder” (SAQUET, 2009, p. 73). Diante desse raciocínio, é possível observar que, enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre considerado múltiplo, distinto e complexo. Já no território apresentado e retratado pela lógica

capitalista hegemônica, o território “unifuncional”, não aceita essa multiplicidade de territorialidades (RAESBEART, 2007b).

Todavia, Souza (2009) salienta que “o poder é uma relação social” e coloca o território como sendo a expressão espacial dessa relação, e aponta que o que define território é, em primeiro lugar, o poder. Para Souza (1995, p. 78) o território, “é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e partir de relações de poder”. Nesse contexto, as questões a serem analisadas, não são as características geológicas, os recursos naturais ou ainda a identidade entre um grupo e seu espaço, mas a questão de quem e como domina ou influencia determinado espaço.

Existem inúmeras concepções diferentes sobre poder, território e territorialidade. Saquet (2009) tenta criar uma concepção multidimensional e histórica sobre o território e a territorialidade, tendo em si, um caráter político bem definido em favor da justiça social. Raffertin (1993, p. 161) afirma que “conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse”. A produção do sistema territorial determina e condiciona sua consumação, e cada sistema isola sua própria territorialidade, onde vivem pessoas e sociedades. O mesmo autor reconhece ainda que a territorialidade é manifestada em todas as escalas, tanto espaciais quanto sociais, sendo ela, da mesma natureza de todas as relações.

Dessa forma, Saquet (2009, p. 86) dispõe que “a territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”. Com isso, Saquet (2009) entende território e territorialidade como multidimensionais e próprio a vida, tanto na natureza, quanto na sociedade onde o homem vive as relações e constrói um montante material e imaterial. Essas relações sociais vividas pelo homem nas relações de poder, constituem o território. Já a territorialidade, se torna concreta em diferentes escalas espaciais, e sofre variação através das relações de poder, da dominação, das identidades, e de outras relações sociais.

A territorialidade, para Saquet (2009, p. 88) “é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos”. Nas territorialidades, existem continuidades e descontinuidades em relação ao tempo e ao espaço, além disso, dão identidade ao lugar, e são influenciadas por condições históricas e geográficas. Dessa forma, é possível reconhecer que a apropriação e a construção do território produzem identidades e heterogeneidades, que assim, produzem territórios.

Na linha tênue que diferencia território de espaço, existem três processos que são base para que haja essa diferenciação. A primeira delas, são as relações de poder, que constituem

um campo de força econômico, político e cultural. A segunda é a construção tanto histórica quanto relacional das identidades. E a terceira, diz respeito ao processo TDR, o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SAQUET, 2009).

Haesbaert (2007b) aponta, que em processo de dominação e/ou apropriação, tanto o território quanto a territorialização, devem ser tratados na pluralidade do seu discurso, tanto no sentido de lutas quanto de resistência, pois poder sem resistência, não existe. Dessa forma, devemos diferenciar os territórios de acordo com quem o constrói, sejam estes, indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas ou instituições. Neste trabalho, a territorialização é vista quando as Cooperativas, visando melhorias, reivindicam seus direitos e conseguem, de alguma forma, se apropriar deles, conquistando não somente um território em sua concepção física, mas principalmente simbólica, atingindo o alcance de seus direitos (ou parte deles) em busca a uma melhor qualidade de vida à seus Cooperados.

Então, a territorialização constitui-se por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais. Para Saquet (2009, p. 83) “a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional”. Assim, é multidimensional, e pode ser vista em virtude das desigualdades e das diferenças, através das identidades. Já na visão de Haesbaert (2009, p. 104) “a territorialização do espaço ocorre pelos processos de apropriação, seja ela concreta ou simbólica”. Existe uma prisão original que é o espaço, posteriormente o homem transitaria à prisão construída pelo seu próprio trabalho e por relações de poder que o conduzem.

Contudo, dependendo da situação e da forma que se olha para esta, uma das dimensões aparecerá mais relevante que as demais, mesmo que todas as dimensões das relações sociais sejam importantes e devam ser levadas em consideração para se fazer uma análise (SOUZA, 2009). Esse processo pode ter a ver com o desenraizamento (menos ou mais traumático em sentido cultural) de indivíduos ou grupos. Esse processo, pode ainda provocar a privação de recursos à alguns (indivíduos ou grupos), porém sempre irá envolver relações de poder, bem como sua projeção no espaço. Por esse motivo, todas as dimensões sociais devem ser levadas em consideração.

Todavia, Souza (2009) fez sua definição de territorialização e desterritorialização como processos onde havia o desenraizamento dos indivíduos ou grupos, privando-os do acesso aos recursos e a riquezas, envolvendo nesses processos, relações de poder. No presente estudo, a desterritorialização é mostrada em face aos movimentos, onde as Cooperativas e seus cooperados têm de deixar de lado sua forma de trabalho para se adequarem a uma nova forma imposta.

Quanto à reterritorialização, Saquet (2009, p. 88) explica que “na reterritorialização, reproduzem traços comuns e heterogeneidades que, ao mesmo tempo, estão na base da apropriação e produção dos novos territórios”. Dessa forma, este trabalho mostra a reterritorialização dos Cooperados e das Cooperativas de reciclagem a cada movimento do Estado, onde devem se adequar às normas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá para conseguirem seus direitos em relação à gestão dos resíduos. Eles se reinventam e se adaptam como modo de sobrevivência, para que a organização continue seu trabalho.

Dessa forma, é possível identificar, que a forma com que os indivíduos ocupam o espaço e produzem suas divisas territoriais, determina os territórios processados nesse determinado espaço e tempo, dando a eles, seus valores simbólicos, econômicos e sociais, constituindo assim, o território, por delimitações do espaço, através de características de poder expressas no passado, presente e futuro pelo processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SOUZA, 1995).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa possui natureza qualitativa, pois irá investigar e assim descrever as alterações na forma de organização das cooperativas a partir da implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá – PR. Além disso, dentro do estudo qualitativo, escolhi o método etnográfico para o desenvolvimento da pesquisa.

Denzin e Lincoln (2006, p. 16) dizem que “A pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas”. As pesquisas qualitativas são muito utilizadas nos estudos de ambientes sociais, estudando a história, as relações, e as interpretações dos humanos em relação ao que vivem e constroem (MINAYO, 2007). Além disso, para Demo (2000) esse método permite detalhes importantes relacionados às emoções, sentimentos, falas e impressões na vida das pessoas pesquisadas, envolvendo assim, a forma subjetiva no fenômeno em estudo.

Para atingir o objetivo proposto, esta pesquisa é do tipo descritiva. Para Triviños (1987, p. 110) “O estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade’”. A pesquisa descritiva busca investigações empíricas, tendo como foco a análise das características como fatos e fenômenos, que acontecem em um local determinado (FIGUEIREDO; SOUZA, 2011). Esta pesquisa é do tipo descritiva, pois irá descrever como ocorreu o processo de (des)(re)territorialização das cooperativas de

reciclagem a partir da implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá – PR.

Para entender de que forma ocorreu o processo de des(re)territorialização dos Cooperados das Cooperativas de Maringá a partir da implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá, é preciso perceber a Cooperativa com um olhar que busque a superação da dicotomia e outros dualismos decorrentes da mesma, como por exemplo, a ação versus a estrutura, e o indivíduo versus a sociedade. Para que isso seja possível e haja uma maior aproximação do olhar do pesquisador, a presente pesquisa busca levar o pesquisador ao campo, fazendo-o adquirir novos conhecimentos, percebendo “cheiros, cores, dores e amores” (DAMATA, 1978, p. 24). O método escolhido para chegar a esses sentidos é o método etnográfico.

A etnografia teve seu início na Antropologia Social, tendo Bronislaw Malinowski como um dos percursores, iniciando sua pesquisa com o trabalho intitulado Argonautas do Pacífico Ocidental, publicado em 1922. As pesquisas eram financiadas, dessa forma, pelo governo, que queria ter informações sobre as culturas que eles dominavam, para assim, exercer seu poder sobre elas (CAVEDON 2014). Para Malinowski (1978) a etnografia tem como um dos objetivos, estabelecer e esboçar padrões e fenômenos culturais dos grupos em estudo. Para isso é necessário, em primeiro lugar, uma relação básica com o ambiente, realizando um levantamento geral dos acontecimentos, fazendo observações e ouvindo. Assim, quanto mais aberto o pesquisador estiver para novas experiências e vivências, mais ricos serão seus dados e maior será seu ganho de cunho pessoal.

Para Hammersley e Atkinson (1995) a etnografia é vista como um método ou um conjunto de métodos. Normalmente um etnógrafo participa, da vida cotidiana das pessoas por um período de tempo considerado longo, tendo a finalidade de entender o mundo em que estes vivem. As metodologias críticas têm ampliado o sentido da etnografia e por esse motivo, este trabalho irá optar pela utilização de uma perspectiva crítica, entendendo de forma mais profunda o processo vivido pelos Cooperados das Cooperativas ao ser implantando um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos na cidade.

A etnografia nos Estudos Organizacionais foi iniciada no começo do século XX (CUNLIFFE, 2010). Nas décadas de 1920 e 1930 mais precisamente, uma das pesquisas que marcaram essa apropriação do método etnográfico nesse campo de estudos foi realizado com a orientação de Elton Mayo nos Estudos de Hawthorne (CUNLIFFE, 2010), onde foram realizadas experiências práticas com trabalhadores, vivenciando o dia a dia de trabalho dos mesmos e descobrindo suas capacidades. Desde este período então, importantes pesquisas em

organizações foram feitas a partir da abordagem etnográfica, trazendo grande fascínio e relevância ao campo das organizações.

A utilização do método etnográfico na administração, e especificamente nos Estudos Organizacionais, tem algumas peculiaridades a ser consideradas, devendo ser levado em consideração as diferenças entre a antropologia e a administração nesse sentido, para que dessa forma, ocorra um diálogo entre as ciências, principalmente no que se refere à entrada do pesquisador em campo (CAVEDON 2014).

Dessa forma, no presente estudo, foi realizada até o presente momento, uma etnografia. No Brasil, a etnografia ainda é bem pouco utilizada no contexto organizacional, porém, segundo Alcadipani (2013), pode-se reconhecer que já existe uma tradição de estudos etnográficos em Administração.

O campo de pesquisa que foi analisado neste estudo foi, a princípio, uma das Cooperativas elencadas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá, a Associação de Reciclagem Popular e Solidária – ARPSOL, que é uma associação de atadores que auxilia as Cooperativas de catadores a terem seus direitos garantidos e cumprirem seus deveres, e o fórum Lixo e Cidadania, onde a ARPSOL faz a secretaria executiva. Para coletar os dados, foram realizadas observações participante e pesquisa documental.

Para fazer os registros dos dados coletados com as observações, foram utilizados os diários de campo. Malinowski chamava a atenção para o registro imediato dos acontecimentos observados em campo, e deveriam ser feitos por meio dos diários de campo. Nele, também deveriam ser registradas as “primeiras impressões, visto que elas podem se esvaír com a aculturação do pesquisador que deixa de notá-las como diferentes ou importantes com o passar do tempo” (CAVEDON, 2014, p. 69).

Além da observação, o etnógrafo também pode utilizar-se de outras técnicas de coleta de dados, como por exemplo, a entrevista ou pesquisa documental (WATSON, 2011). Hammersley e Atkinson (1995) salientam que a combinação de observação com entrevistas é considerada uma estratégia importante para os trabalhos etnográficos, pois dados coletados com uma técnica podem ajudar a compreender dados obtidos com a outra. Por esse motivo, para as próximas etapas, essa pesquisa irá englobar tanto a entrevista semiestruturada com alguns agentes envolvidos na elaboração do Plano e representantes das cooperativas, quanto a pesquisa documental, onde irei analisar o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos da cidade de Maringá - PR.

As próximas etapas para coleta de dados serão entrevista semiestruturada e análise documental. As entrevistas serão realizadas com alguns dos agentes envolvidos na elaboração do Plano e os representantes da equipe de fiscalização, pois estiveram, de alguma forma, engajados no projeto de elaboração do plano. Serão entrevistados também, representantes da ARPSOL e alguns Cooperados. Quanto ao documento analisado por meio de análise documental, será o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos na cidade de Maringá, aprovado em julho de 2017.

A entrada em campo aconteceu pela Cooperativa Coopermaringá, onde o primeiro dia de pesquisa ocorreu no dia 18 de janeiro de 2018 e fiz minha última visita em 06 de abril do mesmo ano. Serão também foco da pesquisa as demais Cooperativas que estão inclusas Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá, verificando, juntamente com a ARPSOL, desde 06 de abril de 2018, as mudanças ocorridas após a implantação do plano. A ARPSOL, é secretaria executiva do fórum Lixo e Cidadania, e eu participo das reuniões do fórum para obter mais informações sobre as Cooperativas. Neste trabalho, os Cooperados e agentes que fizeram parte da pesquisa não serão expostos, por esse motivo, utilizei de nomes fictícios para que os mesmos não sejam identificados.

Para análise, utilizei a analítica interpretativa, empregando como base as articulações entre o teórico, o êmico e o ético. A abordagem ética concerne a uma interpretação de aspectos de uma cultura diferente, iniciando nas categorias dos que que a observam, os próprios pesquisadores e/ou investigadores. No entanto, a abordagem êmica busca entender determinada cultura tendo como base as referenciais dela própria (ROSA; OREY, 2012).

Dessa forma, foram feitas interpretações dos diários de campo já escritos durante a observação participante e dando continuidade a este estudo, nas futuras etapas serão interpretados os diários de campo das futuras visitas, assim como serão analisadas também as entrevistas e o documento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá.

## **AS MUDANÇAS OCORRIDAS NAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM**

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos da cidade de Maringá cumpre a Lei Federal nº 12.305, de 02.08.2010, e a Lei Municipal nº 10.366/2016 de 21.12.2016. O Ministério Público do Paraná apresentou na Ação Civil Pública uma proposta alternativa à coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos para o Município de Maringá, sendo esta, elaborada pelo Instituto Lixo e Cidadania juntamente com segmentos da sociedade civil. A referida proposta de manejo e destinação de resíduos apresentada pelo Instituto do

Lixo e Cidadania obteve o apoio de vários segmentos da sociedade civil organizada. Entre os apoiadores do conteúdo do estudo, estão a Universidade Estadual de Maringá, o Observatório das Metrôpoles e uma série de vereadores à época (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017).

O objetivo geral do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos é de estabelecer um planejamento das ações de gerenciamento de coleta e destinação dos resíduos sólidos de forma que atenda aos princípios da política nacional e que seja construído por meio de uma gestão participativa, envolvendo a sociedade de maneira organizada no seu processo de elaboração. Este Plano, portanto, visa à melhoria da salubridade ambiental, a proteção dos recursos hídricos, a universalização dos serviços, o desenvolvimento progressivo e a promoção da saúde (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017, p. 29).

Assim, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Maringá terá vigência indeterminada e contemplará a atuação de 20 (vinte) anos. A revisão e atualização do mesmo deverá ocorrer, no máximo a cada 4 (quatro) anos, juntamente com a revisão do plano plurianual. Desta forma, o Município poderá executar as ações e programas e atingir as metas e objetivos conforme os prazos previstos (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2017).

Durante o período que passei na Cooperativa realizando minha etnografia, houveram muitas conversas onde os Cooperados contaram um histórico de como era o trabalho. Conforme contavam, pude verificar que no início, não havia um barracão para colocar o material e fazer a separação. Assim, o material ficava a céu aberto e para que a separação fosse feita, os Cooperados, que buscavam os materiais nas ruas, tinham que se submeter ao trabalho no sol quente e até mesmo na chuva. A prefeitura cedeu o barracão para algumas Cooperativas antes mesmo de o Plano ser implantado, mas a coleta continuava sendo feita pelos Cooperados, que segundo uma das Cooperadas, a Dona Pepa, tinham que ficar dentro do caminhão, e era muito quente: “E quando enchia de material então... ficava mais quente e o cheiro era ruim menina”. Segundo ela, quem ficava dentro do caminhão baú separando, revezava com quem ficava fora “catando”, porque se não, não aguentavam. Para ela, é muito melhor agora por terem um lugar específico e não precisar ficar dentro do caminhão baú buscando o material (Diário de campo, 02 de março de 2018). Hoje os coletores que buscam o material e levam para as Cooperativas fazerem a separação e a venda, tornando o trabalho menos insalubre, nesse sentido. Conforme afirma Oliveira (2016) o ser humano necessita de um local para territorializar-se e adquirir um espaço onde crie sua identificação. Tal espaço irá determinar sua identidade própria, porém, algumas circunstâncias poderão conduzi-lo nessa relação homem-território a determinada situação onde haja ruptura e quebra de identidade entre o indivíduo e o espaço físico. Esse movimento, quando ocorre é chamado de processo de

desterritorialização. Assim, o espaço que foi territorializado pelos Cooperados no princípio, foi desterritorializado com a mudança de local, sendo territorializado um novo espaço, conquistado com a luta dos mesmos. Nesse momento pude perceber que o movimento do Estado veio antes mesmo da implantação do plano, pois estavam iniciando os movimentos de elaboração do mesmo.

Porém, ter a coleta feita por outros trabalhadores que não são Cooperados, também tem suas desvantagens. Em conversa com a Dona Pepa e a Pocahontas, contaram que o pessoal que coleta o material no caminhão furgão da prefeitura, não deixa todo o material. Segundo elas, o que tem mais valor, como cobre, latinhas e papelão, “eles pegam pra eles”. “Só vem coisa barata pra ‘nóis’ e tem que juntar muito pra dar dinheiro” (Diário de campo, 02 de março de 2018). Alguns meses depois de elas terem comentado sobre problema, o jornal metro de Maringá publicou que a prefeitura recebeu uma denúncia (feita por outra Cooperativa) referente ao desvio de materiais, e foi instaurada uma sindicância para apurar a denúncia. Sendo esses materiais os mais caros, os Cooperados tem de vender muito mais de outros materiais para conseguir os mesmos ganhos. Além disso, a Dona Florinda, da Cooperambiental, em reunião do fórum Lixo e Cidadania, teceu reclamações sobre os coletores, que deixam material para traz e não passam em todos os lugares que os “catadores” passavam. Segunda ela “a coleta é fraca porque os coletores não estão passando em todos os lugares que eles passavam antes”. Prosseguiu dizendo que algumas pessoas ligam no celular dela pra falar que o caminhão não passou e algum Cooperado vai até a casa da pessoa ou condomínio para buscar o material sem ter remuneração para isso (Diário de campo, 19 de fevereiro de 2018). Nesse momento, os Cooperados passaram pelo processo de reterritorialização, trabalhando com menor quantidades desses materiais e tendo que, algumas vezes, buscar material onde os caminhões da prefeitura deveriam coletar e não coletam. Nesse sentido Haesbaert (1995), concerne a reterritorialização à formação de novos territórios, devendo apresentar características dos territórios antigos.

Em um dia de trabalho, Dona Pepa encontrou um vidro de perfume que tinha uma pequena quantidade e passou em si mesma. Comentou que quando “catava” material na rua, sempre encontrava vidros com bastante perfume, e outras coisas que levava para casa (Diário de campo, 02 de março de 2018). Ao visitar outra Cooperativa, uma das Cooperadas, a Aparecida, comentou que os Garis não pegam somente o material para vender, mas tem muita coisa boa que eles pegam, “que antes vinha pra Cooperativa”, e levam pra casa (Diário de campo, 11 de maio de 2018). Nesse momento, novamente os Cooperados passam pelo processo de desterritorialização, onde estes, com tão pouca renda, deixam de encontrar

pertences que podem ser utilizados em suas casas, o que é visto por Oliveira (2016) como um rompimento, ou uma deslocalização do indivíduo.

As Cooperativas são cobradas para realizarem as modificações necessárias em seus barracões, para que fiquem dentro das normas de saúde pública. À Cooperativa onde fiz a observação, foi pedido, pelo Ministério Público do Trabalho – MPT, que fizessem algumas reformas na Cooperativa para se adequarem as normas, isto para a própria saúde e segurança dos Cooperados, como por exemplo a cobrança dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Foi colocada uma grade para que o material que chega fique separado e tenha um corredor para as pessoas transitarem, sem que fiquem pisando no material, pois podem, por exemplo, se cortarem. A Pocahontas me falou “toda contente” que tinham colocado a grade, pois era uma das exigências do MPT. A forma que ela falou, dá a entender uma conquista para a Cooperativa nessa adaptação (Diário de campo, 23 de fevereiro de 2012). Isso mostra claramente como as Cooperativas vão se reterritorializando de acordo com as exigências que o plano traz, mostrando que “há uma compreensão acerca das relações de poder, por meio de uma nova forma de ocupação do espaço vivido” (OLIVEIRA, 2016, p. 15).

Na reunião do fórum Lixo e cidadania, a presidente de uma das Cooperativas de Maringá, a Dona Florinda, teceu reclamações referente ao lixo que está indo junto com o material reciclável. “Pra nós, tá vindo fralda descartável, papel higiênico, e até cabeça de porco” (Dona Florinda). Outra Cooperada comentou que chegou a ter agulhas junto com o material. Esses acontecimentos são consequência da falta de conscientização dos moradores, trabalho este, que deve ser feito pela prefeitura. Essas e outras situações são repassadas via ofício para a prefeitura, mas o fórum encontra-se sem resposta (Diário de campo, 19 de fevereiro de 2018)

Informações ainda serão coletadas para mostrar com maior nitidez o processo que as cooperativas vem passando até se adaptarem ao Plano, visto que além de se adaptarem ao plano, os Cooperados ainda tem que constantemente se adaptarem ao contrato que vai se modificando a cada renovação, vivendo constantemente esse processo de reterritorialização. Além disso, a cidade ainda não está totalmente estruturada, e em vários bairros da cidade, anda não passa a coleta seletiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos atuais mostram a importância entender o objeto cidade no campo dos estudos organizacionais, considerando seu conceito de organização social, onde indivíduos e/ou grupos não organizados se estabelecem em determinado tempo e espaço, incorporando

processos individuais e sua cultura, obtendo como resultado, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão desta (MAC-ALLISTER, 2004).

Esta pesquisa traz sua contribuição para os Estudos Organizacionais, no sentido de sua amplitude, demonstrada na teoria ao mostrar um entendimento quanto às práticas no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos Cooperados após implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. Em sua vertente prática, o estudo mostra esse mesmo processo e suas consequências e se faz importante, devido à grande concentração de pessoas nas áreas urbanas de Maringá, o que traz uma quantidade também exorbitante de resíduos que sem uma manipulação adequada pode trazer problemas de cunho socioambiental, econômicos e até mesmo de saúde pública. Também se torna importante, para a verificar qual o movimento que ocorreu com a implantação do plano.

Diante da implantação de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos é sempre esperado que mudanças ocorram. Analisando os diários de campo, pude concluir até o presente momento (visto que minha pesquisa ainda está em andamento), que mudanças ocorreram e puderam melhorar a forma de trabalho dos catadores, mudanças estas que se iniciaram antes mesmo do plano ser implantado, mas já em sua elaboração. Porém, existem pontos fracos para os trabalhadores, que tem renda muito pequena e quando trabalhavam como catadores na rua recebiam doações e não eram extorquidos pelos coletores. É possível verificar também, que órgãos como a ARPSOL, ajudam para que as cooperativas territorializem seu espaço, lutando juntamente com elas e com outros atores para que se fizesse valer o Plano, e dando assessoria no que for necessário para o bom funcionamento das mesmas, fazendo parcerias com o ministério público do trabalho, ministério público do meio ambiente e outras instituições, visando a promoção da defesa de bens e direitos sociais e coletivos relativos aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, Rafael. Confissões etnográficas: Fracassos no acesso a organizações no Brasil. In: EnEPQ – ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013, Brasília. Anais... Brasília: ANPAD, 2013, p. 1-16.
- CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. Opinião Pública, Campinas, v. 8, n. 1, p.40-53, 2002.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CAVEDON, Neuza Rolita. Método etnográfico: Da etnografia clássica Às pesquisas contemporâneas. In: SOUZA, Eloisio Moulin de. (Org). Metodologias e análíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual. 1. Ed. Vitória : EDUFES, 2014. p. 65-90.

COIMBRA, Kary Emanuelle Reis; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, mai/ago, 2013, p. 34-46.

CUNLIFFE, A. L. (2010). Retelling Tales of the Field In Search of Organizational Ethnography 20 Years On. **Organizational Research Methods**, 13(2), 224-239.

DAMATTA, Roberto O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (p 23-35)

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FADINI, Pedro Sérgio; FADINI, Almerinda Antonia Barbosa. Lixo: desafios e compromissos. **Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola**. São Paulo, 2001.

FIGUEIREDO, A. M. de; SOUZA, S. R. G. de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 13-23.

FISCHER, G. N. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. v. 2. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, M. B. R. B. (2013) Dificuldades para aplicar a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil. Caderno de Geografia. V. 23, n. 39, p.1-12.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a, p.43-71.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007b.

\_\_\_\_\_. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização: entre as redes a aglomeração e a exclusão.** Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand. Brasil, 1995.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Ethnography: principles in practice.** London: Routledge, 1995.

HEYL, Barbara Sherman. Ethnography Interviewinh. ATKINSON, P.; DELAMONT, S. COFEY, A.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Handbook of Ethnography.** London: Sage, 2007.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1992.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008b.

LIMA, Andréa Karla Travassos de. **Principais pontos da Política Nacional de Resíduos Sólidos para Gestão de Resíduos Municipais.** Recife: EDUFRPE, 2014.

MAC-ALLISTER, Mônica. A cidade no campo dos estudos organizacionais. Organizações & Sociedade. v. 11, 2004. Edição Especial.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento.** 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 54-76. cap. 3.

OLIVEIRA, Adriano Aparecido de, **INTERVENÇÕES URBANAS A PARTIR DE INVESTIMENTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): a reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR,** 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

OLIVEIRA, Thais Brito de; GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro. Planejamento municipal na gestão de resíduos sólidos urbanos e na organização da coleta seletiva. **Engenharia Sanitaria e Ambiental** v.21 n.1, jan/mar 2016, 55-64, DOI: 10.1590/S1413-41520201600100155929.

PAOLI, M. C. Prefácio. In: LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade.** Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

PEREIRA, D.; CARRIERI, A. P. Espaço Religioso e Espaço Turístico: Significações Culturais e Ambiguidades no Santuário do Caraça / MG. **Organização & Sociedade**, v. 12, n. 34, jul./set., 2005, p. 31-50.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jul. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. Maringá, 2017.pdf.

PIMENTEL, T. D. **A espacialidade na construção da identidade**. 2008. 258 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pesquisas e Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática S.A. 1993.

REIS, Paula Thaise Bermudez dos; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; SILVA, Elmo Rodrigues da. Gestão de resíduos sólidos urbanos em municípios do Brasil: Uma visão dos métodos de avaliação. *Revista Internacional de Ciências*, Rio de Janeiro, v. 06, n. 02, p. 137 - 146, jul-dez 2016. DOI: 10.12957/ric.2016.20753. e-ISSN 2316-7041.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Editora Brasiliense, 1995.

ROSA, Milton; OREY, Daniel Clark. O campo de pesquisa em etnomodelagem: **as abordagens ênica, ética e dialética**. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 865-879, out./dez. 2012. 865-879,

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SAQUET, M. A., **Abordagens e Concepções de Território**. 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SARAIVA, Luiz Alex Silva.; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **RAP**, Rio de Janeiro 46(2):547-76, mar./abr. 2012.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

TRVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WATSON, T. J. (2001). **In search of management: Culture, chaos and control in managerial work.** London: Routledge.